E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

# ENTREVISTA COM DIANE RAVITCH
# DA PRIVATIZAÇÃO PARA O MERCADO LIVRE: outros contornos para segregação social nas escolas públicas

Elaine Constant Pereira de Souza[1]
Vera Lucia Martiniak[2]
Maria Elisa Almeida[3]
Jefferson Willian Silva Da Conceição[4]

**Resumo:** Essa entrevista objetiva, inicialmente, compreender os posicionamentos da pesquisadora estadunidense Diane Ravitch, sobre a participação de empresários brasileiros e estrangeiros na implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil, um país marcado por desigualdade social. Para isso, as coordenadoras e interpretes deste dossiê basearam tal entrevista no livro Slaying Goliath: The Passionate Resistance to Privatization and the Fight to Save America's Public Schools, para estabelecer um diálogo acerca a Base Curricular nos Estados Unidos da América e a privatização da educação pública americana. Outra razão para a entrevista estava correlacionada com as possíveis transformações de políticas públicas fundamentais como o Direito à Educação. Contudo, na medida que a entrevista se desenvolveu, para além desses eixos – política curricular, privatização e Direito à Educação - os entrevistadores perceberam a vasta experiência com a administração de sistema escolares e como analista de políticas educacionais, principalmente, a partir do ano de 2010, porque Ravitch se tornou uma ativista em defesa da educação pública e dos direitos dos professores, em um período no qual se ampliava a participação de bilionários nas políticas educacionais em território estadunidense. De acordo com Ravitch, esses atores sociais, que se intitulavam de "reformadores", prometiam uma transformação dramática na educação norte-americana com base na estratégia de testes de alto risco, avaliação de professores por resultados de testes, escolas charter e fechamento de escolas públicas de baixa pontuação. Tais propostas eram defendidas como ferramentas essenciais para decisões objetivas, como a eficácia ou não dos professores e possível premiação ou punição de escolas. Assim sendo, a entrevista, com duração aproximada de quase duas horas, exigiu dos entrevistadores optaram por recortes temáticos, pois, ao mesmo tempo que Ravitch se mostrou muito disposta para debater vários temas, foi necessário eleger os fragmentos correlacionados com alguns eixos desse dossiê: currículo nacional, educação pública, políticas educacionais e a privatização escolar. Assim sendo, privilegiou-se aqui as partes que tratam a ideia da privatização da escola estadunidense e a presença de atores sociais – bilionários – que geram um clima de desqualificação da educação pública para garantir o acesso e êxito educacional para as elites estadunidenses. Esses fragmentos são fundamentais para que novos estudos ou pesquisas brasileiras considerem outras análises sobre a "Base Nacional" implementada no

[1] Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro das disciplinas de Avaliação dos Processos Ensino Aprendizagem e Currículo e da Pós-Graduação de Políticas Públicas e Direitos Humanos. E-mail de contato: constant.ela@gmail.com
[2] Possui doutorado em Educação, na linha de concentração em História, Filosofia e Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. É professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa: E-mail de contato: vlmartiniak@uepg.br
[3] Mestre em Educação (2016) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), formada em Pedagogia (2013) e em Letras (2005), ambas pela UFRJ, com os títulos de bacharelado e licenciatura. Atualmente é doutoranda em Educação pela PUC-Rio, participante do laboratório Laboratório de Avaliação em Educação (Laed).E-mail de contato: constant.ela@gmail.com
[4] Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), na linha de Políticas e Instituições Educacionais. Atua como Professor I na FME/SME de Niterói. E-mail de contato: constant.ela@gmail.com


Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

Brasil, como a que currículo escolar está em processo.

**Palavras-chave**: Currículo Nacional. Educação Pública. Políticas Educacionais. Privatização Escolar.

## Apresentação

As transformações para a escola pública, aqui considerando de diferentes países, como Estados Unidos da América e Brasil, vem exigindo a atenção de pesquisadores sobre as políticas e propostas educacionais traçadas para diferentes segmentos sociais. Debater sobre essas transformações, em especial, as delineadas a partir da década de 1990, se torna urgente, pois as análises sobre a qualidade educacional supõem aprofundamentos sobre a implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a concepção de implementação pode se referir a todo o processo iniciado desde o estabelecimento de uma política até o seu impacto, pois ainda não há consenso na vasta literatura sobre o tema. Assim sendo, uma opção de análise pressupõe averiguar os desafios advindos das políticas educacionais, e que em alguns momentos, ignorados desde o escopo de propostas governamentais até o momento da sua transformação em uma determinada realidade social, por ação de autoridades ou interesses históricos e sociopolíticos.

A pesquisadora Diane Ravitch foi professora de História da Educação no Teachers College, Universidade de Columbia, de 1975 a 1991. Também atuou como Secretária Assistente de Educação para Pesquisa, Departamento de Educação dos EUA, 1991-1993. Logo depois foi nomeada pelo Presidente George Bush. Isso lhe proporcionou ser uma Pesquisadora Sênior, da Brookings Institution, Washington DC, 1994-2012, como também Membro do Conselho Nacional de Administração de Avaliação, nomeado pelo Presidente Bill Clinton, 1997-2004. Essa trajetória lhe proporcionou escrever vários livros sobre a história da educação estadunidense o que a tornou uma importante analista das ideias presentes nas políticas educacionais.

Nessa entrevista, realizada em dezembro de 2024, apresenta alguns diálogos críticos desenvolvidos por Diane Ravitch, decorrentes de sua ampla experiência política e educacional e de sua atuação militância pedagógica pelas escolas públicas e de seus professores.


Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

**ENTREVISTADORAS:** Diane, elaboramos algumas perguntas a partir de sua trajetória e história com políticas educacionais e parte delas se deram a partir de nossas interpretações suscitadas a partir do livro *Slaying Goliath*, escrito em 2020.

**ENTREVISTADA:** Sim.

**ENTREVISTADORES:** Isso aconteceu durante a administração de Donald Trump, certo?

**ENTREVISTADA:** Na verdade, começou na administração de Barack Obama. Bem, deixe-me dar um pouco de contexto. A privatização começou com algo chamado "movimento das escolas charter" e remonta ao presidente Bill Clinton, em 1994. Eu também fiz parte disso. A ideia era que, se déssemos dinheiro público para organizações privadas, talvez elas pudessem administrar escolas melhores, sem burocracia e com mais eficiência. Isso parecia promissor nos anos 1990 e foi chamado de "terceira via" – não totalmente governo, nem totalmente privado, mas um meio-termo. Dessa ideia surgiram as escolas charter, onde indivíduos e organizações privadas recebiam dinheiro público para gerenciar escolas sem estarem sujeitas às regulamentações do governo.

**ENTREVISTADORES:** Isso está ligado ao liberalismo ou ao neoliberalismo?

**ENTREVISTADA:** Provavelmente chamariam de neoliberalismo. Tradicionalmente, os liberais nos EUA acreditam que o governo tem a responsabilidade de garantir boas escolas para todas as crianças. Mas, nos anos 1990, surgiu essa ideia de destinar dinheiro público a instituições privadas para administrar escolas charter. Isso foi um experimento muito ruim, que explicarei melhor.

**ENTREVISTADA:** A ideia das escolas charter foi o primeiro passo para a privatização total. Tanto democratas quanto republicanos apoiaram isso. Parecia uma ideia boa no início, mas logo apareceram pessoas inescrupulosas. As escolas charter se tornaram negócios. Algumas empresas criaram redes inteiras de escolas charter, como cadeias de supermercados. Antes, as escolas pertenciam à comunidade; agora, pertencem a empresas. Isso se tornou uma operação com fins lucrativos. Muitos empresários entraram nesse setor para ganhar dinheiro, comprando terrenos valiosos e lucrando com investimentos imobiliários, sempre usando dinheiro público.

**ENTREVISTADA:** Nos EUA, temos grandes redes de supermercados, como o Walmart. Eu vejo as escolas charter como o "Walmart da educação", pois abriram escolas em todo o país, tirando o poder da comunidade e centralizando as decisões em empresas.


Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

**ENTREVISTADORES:** Isso é preocupante. Estamos pensando no Brasil...

**ENTREVISTADA:** Claro. A privatização da educação é um processo contínuo. Tudo começou com as escolas charter e, depois, vieram os vouchers. O governo dá dinheiro diretamente às famílias, que podem usá-lo para pagar escolas religiosas, privadas ou até homeschooling. Isso destrói a educação pública. Trump queria expandir isso ainda mais.

**ENTREVISTADORES:** Sobre Donald Trump...

**ENTREVISTADA:** Ele é, acima de tudo, um artista performático. Para ele, os fatos não importam. Ele nomeia pessoas completamente incompetentes para cargos importantes. Biden, por outro lado, é amigo da educação pública, mas não cortou o financiamento das escolas charter. O governo federal ainda gasta mais de 400 milhões de dólares por ano para abrir novas escolas charter. Há muitos bilionários financiando essa privatização porque acreditam que o mercado resolve tudo.

**ENTREVISTADORES:** No Brasil, a privatização cresce a cada período histórico e isso nos preocupa, porque as escolas públicas brasileiras se tornaram mais acessíveis para todos após a Constituição de 1988. Antes, eram preferencialmente para população branca e de classe média. Com a atual Constituição e a defesa do Direito à Educação, começaram intensos movimentos no país para a universalização da educação pública, como também a inserção da população pobre e negra em escolas e universidades. Houve uma grande mudança no cenário brasileiro, mas ainda são necessárias lutas constantes para manter o Direito à Educação, em especial, para combater o racismo associado à classe social e à cor da pele ou qualquer outra vulnerabilidade social.

**ENTREVISTADA:** Nos EUA, também tínhamos segregação racial nas escolas. Até 1954, as escolas eram separadas para brancos e negros, principalmente no Sul. Quando a Suprema Corte decidiu que isso era inconstitucional, muitos brancos se mudaram para bairros onde só havia escolas brancas. Hoje, a privatização da educação contribui para a segregação racial, porque escolas charter e vouchers permitem que famílias escolham onde matricular seus filhos – e muitos acabam escolhendo escolas segregadas. Estamos, na prática, voltando à segregação.

**ENTREVISTADA:** Existem semelhanças e diferenças entre nossos países. Nos EUA, temos muitas religiões, sendo como principais ao protestantismo e o catolicismo. Como há tanta diversidade, sempre existiu a ideia de separação entre igreja e Estado. Nossa Constituição,


Revista Momento – diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 34, n. 1, p. 205-212, jan./abr., 2025.
DOI:
Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

escrita há mais de 200 anos, diz que o Congresso não pode criar leis estabelecendo uma religião oficial. No entanto, os protestantes querem impor sua religião e conseguir financiamento público para suas escolas religiosas. As escolas católicas também se beneficiam, mas estão diminuindo por causa da competição com as escolas charter, que são gratuitas, enquanto as católicas cobram mensalidade.

**ENTREVISTADA:** Nos últimos 30 anos, o objetivo tem sido enfraquecer as escolas públicas e transferir dinheiro para instituições privadas e igrejas. Algumas escolas charter apresentam bons resultados acadêmicos, e os bilionários usam isso como argumento para abrir mais escolas charter. Mas essas escolas escolhem cuidadosamente seus alunos. Se um estudante tem dificuldades de aprendizado ou tira notas baixas, eles são incentivados a sair. No final, as escolas charter só ficam com os melhores alunos e usam isso como propaganda para atrair mais investimentos.

**ENTREVISTADORES:** Diane, já que estávamos falando sobre as avaliações e desempenho estudantil [...]. No Brasil, adota-se as avaliações em larga escala como medida de qualidade da educação, e cremos que também é assim nos Estados Unidos. Gostaríamos de saber se essas avaliações têm importância sobre o futuro das escolas públicas, no caso do Brasil, ou das escolas charter, nas escolas estadunidenses. Qual são seus posicionamentos sobre essas avaliações? Considera-as como precisas ou significativas para avaliar a qualidade da educação pública?

**ENTREVISTADA:** Bem, as avaliações são muito úteis se os avaliadores forem completamente independentes. O problema é que muitas pessoas no meio acadêmico têm suas carreiras financiadas por pessoas muito ricas. Mencionei as lojas Walmart. Os donos são algumas das pessoas mais ricas dos EUA e têm um grande interesse na educação. Eles financiaram muitas escolas charter e acreditam fortemente nos vouchers. Como o livre mercado foi tão bom para eles, acham que as escolas deveriam seguir o mesmo modelo.

A família Walton, dona do Walmart, criou um departamento de "Reforma da Educação" na Universidade do Arkansas. Muitas avaliações sobre programas de vouchers e escolas charter são feitas por pessoas treinadas lá, e essas pessoas já chegam ao mercado totalmente comprometidas com essas ideias. É muito raro alguém desse meio dizer que o modelo não está funcionando bem.


Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

Recentemente, há cerca de dois anos, um pesquisador que estudava vouchers há 20 anos mudou de opinião. Ele percebeu que a maioria das crianças que recebiam vouchers nunca estudaram em escolas públicas e que a maioria vinha de famílias ricas. Então, os vouchers acabaram se tornando um subsídio para os ricos – "assistência social para os ricos", como eu costumo dizer. Antes, essas famílias pagavam entre 10.000 e 40.000 dólares por ano em mensalidades; agora, o Estado dá a elas 8.000 ou 10.000 dólares, o que funciona como um benefício para quem nunca precisou da educação pública.

Além disso, as poucas crianças pobres que conseguiam vouchers não entravam nas melhores escolas, pois essas escolas não tinham vagas ou simplesmente não queriam alunos de baixa renda com dificuldades acadêmicas. Então, elas acabavam indo para escolas de baixa qualidade. Esse pesquisador percebeu que os vouchers estavam prejudicando mais do que ajudando e escreveu um livro chamado *The Privateers: How Billionaires Created a Culture War and Sold School Vouchers*. O argumento central do livro é que a elite criou uma "guerra cultural" contra as escolas públicas, acusando-as de doutrinar as crianças. Mas, na realidade, quem está doutrinando são as escolas religiosas financiadas pelos vouchers.

**ENTREVISTADORES:** No Brasil, as avaliações em larga também mobilizam políticas e políticos, pesquisadores e intelectuais de ideologia de direita ou esquerda, instituições públicas e privadas, contudo a “fabricação” dos testes de dá com o uso de verbas públicas. Há um intenso discurso para que os sistemas escolares participem de processo meritocrático, no qual as regras não são claras. Isso gera uma mobilização para “preparar” os estudantes para os testes. Algumas instituições e pessoas que ganham milhões de reais planejando, implementando e criando essas avaliações. Por exemplo, temos a participação de pessoas no governo brasileiro que, ao mesmo tempo que gerencia a Instituição que avalia todo o país, também oferece “produtos” para os sistemas escolares por uma universidade brasileira.

**ENTREVISTADA:** Isso parece um grande conflito de interesses. Também é muito ruim. Não se pode estar no governo, promovendo avaliações supostamente justas, e ao mesmo tempo receber contratos para realizá-las. Não pode ser a mesma pessoa nos dois lados...

**ENTREVISTADA:** Além disso, quero mencionar que estudos de gênero são uma das minhas especialidades ou inquietações. Aqui nos EUA, esse tema faz parte da "guerra cultural". Políticos conservadores, como Bolsonaro, dizem que não devemos estudar gênero ou racismo.


Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

Na Flórida, por exemplo, o governador eliminou a estabilidade dos professores para poder demitir aqueles que ensinam conteúdos que ele não gosta. Isso significa que muitos homens não querem que as mulheres tenham qualquer tipo de poder. Acho que a razão pela qual Trump venceu, apesar de tudo de ruim que ele fez, foi porque estava concorrendo contra uma mulher. Muitos homens simplesmente não votam em mulheres...

**ENTREVISTADA:** Bom, quando me perguntam por que mudei de opinião sobre esse sistema de avaliação, respondo que percebi que as notas refletem a renda familiar. Os alunos mais ricos sempre têm as melhores notas, e os mais pobres têm as piores. Se você não enfrenta a desigualdade, os testes só reforçam os privilégios de quem já tem vantagens e condenam os mais pobres ao fracasso. Esse é o problema dos testes padronizados.

**ENTREVISTADA:** Nos EUA, fiz parte do Conselho Nacional de Testes. A cada dois anos, avaliávamos leitura e matemática, e os resultados eram sempre os mesmos: os alunos ricos no topo, os pobres na base. Isso acontece em todos os países.

**ENTREVISTADORES:** Para você, esses dados são importantes?

**ENTREVISTADA:** Sim, os testes deveriam ser diagnósticos. Mas os testes padronizados não dizem como ajudar os alunos, apenas fornecem uma nota. É como ir ao médico e ouvir: "Você tem essa doença, sinto muito", sem nenhuma orientação sobre o tratamento.

**ENTREVISTADORES:** Sobre a criação de currículo nacional para o Brasil... adotamos um modelo inspirado no dos EUA. Aqui está sendo usado para treinar professores de acordo com a lógica de "competências e habilidades". Qual a relação disso com a privatização das escolas?

**ENTREVISTADA:** Não temos um currículo nacional nos EUA. Houve uma tentativa de criá-lo, mas não teve sucesso. A ideia era vinculá-lo a testes e materiais didáticos, mas não funcionou.

**ENTREVISTADORES:** E as escolas charter? Podem ensinar o que quiserem?

**ENTREVISTADA:** Sim, têm liberdade curricular. Mas em alguns estados, precisam fazer testes estaduais. Já as escolas financiadas por vouchers quase nunca são testadas, o que torna difícil avaliar seu desempenho.

Agradecemos à Professora Diane Ravitch pela gentileza em compartilhar conosco suas experiências e análise sobre as políticas educacionais estadunidenses. Suas preocupações com


Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

E-ISSN 2316-3100
MOMENTO Diálogos em Educação
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação

os rumos das reformas educacionais implementadas nas últimas décadas nos EUA, também suscitam importantes reflexões para pesquisadores e educadores que tem como premissa a defesa da educação pública e gratuita na América Latina e principalmente, para nós brasileiros, que visualizamos propostas privatistas que prometem uma solução rápida para os problemas educacionais por meio da terceirização da gestão escolar.

**Referências**

RAVITCH, Diane. **Slaying Goliath:** The Passionate Resistance to Privatization and the Fight to Save America's Public Schools. Nova Iorque: Editora Knopf, 2020.

Submissão em: 20/02/2025
Aceito em: 28/02/2025

Referências conforme normas da:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS


Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.